



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638472 - SP (2021/0000941-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : DOUGLAS TEODORO FONTES E OUTROS
ADVOGADOS : DOUGLAS TEODORO FONTES - SP222732
MARCELO LEAL DA SILVA - SP268285
FRANCIELI FAZAN GARCIA - SP394830
GABRIELLA MURARI POSSETI - SP391958
RENAN ANTON DEL MOURO - SP451076
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MONIELLE CRISTINA PIRES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MONIELLE CRISTINA PIRES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 2247503-04.2020.8.26.0000)

A paciente foi presa em flagrante no dia 14/10/2020 pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. Posteriormente convertida a flagrancial em prisão preventiva.

Os impetrantes sustentam a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a decisão que decretou a prisão preventiva da paciente é carente de fundamentação idônea, não preenche os requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal e é mãe de duas crianças que dela dependem, uma das quais com menos de 7 anos de idade, que é acompanhada por médicos e psicólogos.

Ademais, os impetrantes apontam os riscos de contaminação pela covid-19, devendo ser observadas a Recomendação n. 62/2020 do CNJ e a decisão do Supremo Tribunal Federal na Tutela Provisória Incidental na ADPF n. 347/DF, conferindo à paciente a prisão domiciliar, conforme preconizam os arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, requer a substituição da medida extrema por medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do mesmo Códex de Processual.

Asseveram que a paciente possivelmente será beneficiada com a causa de diminuição da pena insculpida no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/06, o que conduzirá, em caso de eventual condenação, à fixação da pena no regime inicial menos severo do que a

medida extrema, como está a descontar antecipadamente.

Requerem, liminarmente, o deferimento de prisão domiciliar à paciente. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para revogar a prisão preventiva e conceder a prisão domiciliar ou, subsidiariamente, a prisão domiciliar cumulada com medidas cautelares diversas do cárcere.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, a decisão objurgada se manifestou nos seguintes termos:

Mantém-se a decisão de fls. 122/127, porquanto os documentos juntados as fls. 139/150 atestam, tão somente, que o filho da paciente necessita de cuidados médicos rotineiros e não que esteja dependendo, exclusivamente, dos cuidados dela (fl. 181).

Desse modo, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ,

indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente